

Política de Privacidade

Classificação: Pública

1. Apresentação

A ALICIA Report ("Alicia", "nós" ou "nossa") é uma plataforma SaaS brasileira de inteligência de dados públicos, desenvolvida e operada pela Alicia Software Ltda., CNPJ 64.857.714/0001-01, com sede na Rua Vergueiro, 2279, Sala 206, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04101-100.

Esta Política de Privacidade descreve como a Alicia coleta, utiliza, armazena, compartilha e protege dados pessoais de usuários da plataforma, visitantes do site e titulares cujas informações sejam objeto de consulta, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 — LGPD), a Lei de Acesso à Informação (LAI — Lei Federal nº 12.527/2011) e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

O uso de cookies e tecnologias de rastreamento é tratado em Política de Cookies específica, disponível na aba de LGPD do site.

2. Como a Alicia Funciona — Fundamento da Arquitetura de Dados

Princípio central: arquitetura orientada a dados em tempo real

A Alicia NÃO possui banco de dados próprio permanente de pessoas físicas ou jurídicas. Todas as informações exibidas na plataforma são obtidas em tempo real diretamente de suas fontes de origem — públicas, publicamente acessíveis ou privadas conveniadas — mediante consulta sob demanda. Eventuais armazenamentos são temporários, pelo período estritamente necessário à execução da consulta e prestação do serviço ao usuário.

A plataforma opera com três camadas de fontes de dados:

Camada	Natureza	Exemplos
Fontes públicas	Informações de acesso livre, disponibilizadas pelo poder público sem restrição.	Receita Federal, TCU, CGU, Portal da Transparência, Diários Oficiais, CEPIM, CEIS, CNEP, CEAF.
Fontes publicamente acessíveis	Informações acessíveis a qualquer cidadão via canais digitais oficiais, sem necessidade de convênio.	CNJ, Tribunais Estaduais e Federais (processos judiciais públicos), Sintegra, registros públicos.

Fontes privadas conveniadas	Informações obtidas mediante contrato ou convênio com entidades privadas detentoras dos dados, com base legal específica.	Bureaus de crédito e score, cartórios de protesto, bases de informações de veículos, registradores de imóveis, bases jurídicas privadas de processos judiciais ou fornecedores de dados de (fonte privada conveniada) que estejam em conformidade com LGPD.
--------------------------------	--	---

Isso significa que:

- Cada consulta aciona, em tempo real, requisições às fontes de origem correspondentes, sem intermediação de base de dados própria permanente.
- Os dados retornados são exibidos ao usuário no momento da consulta e armazenados em base proprietária da Alicia somente pelo tempo necessário para o usuário fazer uso das consultas.
- A Alicia atua como intermediária tecnológica de acesso a dados de múltiplas origens, estruturando-os por meio de Inteligência Artificial nos módulos de Pesquisa de Pessoas, Pesquisa de Empresas e Auditoria — sendo, nessa operação de estruturação, Controladora dos dados nos termos da Seção 4.1. O módulo de Pesquisa de Conexões (Grafo Interativo) não utiliza Inteligência Artificial: os vínculos exibidos resultam de cruzamento direto de dados estruturados (QSA da Receita Federal, vínculos familiares e bases de PEP), sem inferência algorítmica.
- Alícia poderá realizar processos complementares de enriquecimento com bases cadastrais privadas ou cruzamento com dados de origem pública, desde que com bases legais válidas e convênios que permitam este tipo de tratamento de dados.

3. Definições

- Dado pessoal: **qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (Art. 5º, I, LGPD).**
- Dado pessoal sensível: **categoria especial de dados relacionados a origem racial, convicção religiosa, opinião política, saúde, vida sexual, entre outros (Art. 5º, II, LGPD).**
- Controlador: **pessoa natural ou jurídica que toma as decisões sobre o tratamento de dados pessoais.**
- Operador: **realiza o tratamento de dados em nome do controlador.**
- Titular: **pessoa natural a quem se referem os dados pessoais.**
- Tratamento: **toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, armazenamento, consulta, transmissão ou eliminação.**

- DPO / Encarregado: **pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação com titulares e com a ANPD.**
- Fonte privada conveniada: **entidade privada detentora de dados que os disponibiliza à Alicia mediante contrato ou convênio específico, com base legal definida.**

4. Papéis da Alicia no Tratamento de Dados

A Alicia assume papéis distintos conforme a natureza do dado tratado:

4.1 Controladora — dados de usuários da plataforma

Para os dados pessoais dos usuários cadastrados (nome, e-mail, CPF/CNPJ, dados de pagamento, logs de uso), a Alicia atua como Controladora, determinando as finalidades e os meios do tratamento.

Atualmente, todos os Clientes da Alicia são pessoas jurídicas (CNPJ), independentemente do plano contratado. A Alicia é sempre Controladora dos dados cadastrais referentes à conta do Cliente e de todos os usuários a ela vinculados — Administrador ou Operador, nos termos da Seção 5.4.

A Alicia também atua como Controladora da operação de captura, cruzamento e estruturação de dados de terceiros realizada por meio dos módulos de Pesquisa de Pessoas, Pesquisa de Empresas, Pesquisa de Conexões e Auditoria, por decidir como essas fontes são combinadas, organizadas e apresentadas ao usuário. Quanto à finalidade específica de cada consulta, aplica-se o disposto na Seção 4.2.

4.2 Controladora da finalidade específica — o usuário

Ainda que a Alicia decida os meios de estruturação dos dados de terceiros consultados, nos termos da Seção 4.1, cada usuário — Administrador ou Operador — é individualmente Controlador quanto à finalidade concreta da consulta que realiza: é ele quem decide por que está buscando determinada informação e o que fará com o resultado obtido, respondendo por esse uso nos termos dos Termos de Uso da plataforma.

Os dados retornados nas consultas são obtidos em tempo real das fontes descritas na Seção 2. A Alicia pode armazená-los pelo tempo necessário para o exercício de suas atividades e prestação dos serviços de consulta, sempre na qualidade de Controladora da operação de estruturação, nos termos da Seção 4.1.

No momento do cadastro, o Administrador da conta do Cliente — ou, nos planos de usuário único, o próprio usuário — seleciona, dentre as hipóteses do Art. 7º da LGPD, as bases legais que fundamentam o tratamento realizado pelo Cliente como Controlador da finalidade específica de

cada consulta, nos termos dos Termos de Uso, sem prejuízo da base legal própria da Alicia para a operação de estruturação, descrita na Seção 4.1.

5. Dados Coletados

5.1 Dados fornecidos diretamente pelo usuário

- Dados cadastrais: nome, CPF ou CNPJ, e-mail, telefone, endereço.
- Dados de acesso: login, senha (armazenada com hash seguro), preferências de conta.
- Dados financeiros: informações de faturamento e cobrança necessárias ao processamento de pagamentos.

5.2 Dados coletados automaticamente

- Logs de acesso: endereço IP, data, hora, duração e ações realizadas na plataforma.
- Dados de dispositivo: tipo de navegador, sistema operacional, resolução de tela.
- Dados de uso: funcionalidades acessadas, consultas realizadas.

5.3 Dados de terceiros consultados via plataforma

Os dados de pessoas físicas e jurídicas retornados nas consultas são provenientes das três camadas de fontes descritas na Seção 2. A Alicia não armazena esses dados em base própria permanente, a não ser pelo período necessário para a execução da consulta e prestação dos serviços.

Para dados provenientes de fontes privadas conveniadas (bureaus de crédito, cartórios de protesto, bases de veículos, registradores de imóveis e bases jurídicas privadas), o acesso ocorre exclusivamente nos termos dos convênios celebrados, com base legal definida para cada categoria de dado, conforme Seção 7.

5.4 Contas corporativas com múltiplos usuários

Contas com múltiplos usuários — Administrador e Operadores, cada um com login, senha e trilha de auditoria próprios — estão disponíveis conforme o plano do Cliente. O Administrador cadastra, bloqueia, desbloqueia e descadastra Operadores; cada usuário acessa apenas o histórico de suas próprias consultas. Ao remover um usuário, o acesso é revogado e o registro correspondente passa por eliminação lógica (soft delete): o Cliente perde acesso às informações do usuário removido, mas a Alicia mantém registro interno pelos prazos descritos na Seção 11, para fins de auditoria, segurança e cumprimento de obrigação legal.

6. Finalidades do Tratamento

A finalidade de uso é declarada pelo Cliente uma única vez, no momento do cadastro, nos termos dos Termos de Uso, e aplica-se às consultas subsequentes realizadas por todos os usuários vinculados àquela conta.

Dado / Módulo	Finalidade / Categorias de dado retornadas	Base Legal (LGPD)
Cadastro do usuário	Criação e gestão de conta, autenticação	Execução de contrato — Art. 7º, V
Dados financeiros	Processamento de pagamentos e faturamento	Execução de contrato — Art. 7º, V
Logs de acesso	Segurança, auditoria e cumprimento do Marco Civil	Obrigações legais — Art. 7º, II
Dados de uso	Melhoria do produto, métricas anonimizadas	Legítimo interesse — Art. 7º, IX
E-mail de contato	Comunicações sobre o serviço e suporte	Execução de contrato — Art. 7º, V
Pesquisa de Pessoas	Dados cadastrais, endereços, e-mails, telefones, vínculos familiares, vínculos societários (incluindo indicador de PEP dos coparticipantes) e outros vínculos identificados a partir de dados de contato	Legítimo interesse (Art. 7º, IX) ou exercício regular de direitos (Art. 7º, VI), conforme finalidade declarada
Pesquisa de Empresas	Dados cadastrais, situação cadastral, porte, faturamento anual presumido, quantidade de funcionários, endereços, e-mails, telefones, sócios (incluindo indicador de PEP) e outros vínculos identificados a partir de dados de contato	Legítimo interesse (Art. 7º, IX) ou exercício regular de direitos (Art. 7º, VI)
Pesquisa de Conexões	Dados cadastrais e indicadores (PEP ou situação cadastral, conforme o tipo de nó) de todos os vínculos exibidos no grafo, e relações societárias/relacionais entre CPFs/CNPJs	Mesma base legal do dado de origem de cada nó (Legítimo interesse (Art. 7º, IX) ou exercício regular de direitos (Art. 7º, VI))
Módulo Auditoria	Consolidação de situação na Receita Federal, óbito, patrimônio, processos judiciais,	Legítimo interesse (Art. 7º, IX), proteção ao crédito (Art. 7º, X), cumprimento de obrigação legal (Art.

		mandados de prisão, antecedentes criminais, score de crédito e mídias (pessoa física); certidões, sanções (CEPIM, CEIS, CNEP, CEAf, CNIA), licitações e contratos (pessoa jurídica)	7º, II) e exercício regular de direitos (Art. 7º, VI), sujeito à cláusula de não discriminação (Seção 6.1)
Fontes privadas conveniadas (score, protestos, imóveis)		Execução da consulta solicitada pelo usuário, análise de crédito e risco, due diligence	Proteção ao crédito (Art. 7º, X), exercício regular de direitos (Art. 7º, VI) ou legítimo interesse (Art. 7º, IX), conforme natureza do dado e convênio aplicável

A Alicia realizará Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) para as operações de tratamento fundamentadas em legítimo interesse (Art. 7º, IX, LGPD) descritas nesta Seção, em conformidade com o Art. 38 da LGPD.

6.1 Vedação ao uso discriminatório — dados do Módulo Auditoria

Os dados de antecedentes criminais, mandados de prisão e processos judiciais disponibilizados pelo Módulo Auditoria não se enquadram no rol de dados pessoais sensíveis do Art. 5º, II da LGPD, e têm origem em fontes oficiais públicas ou publicamente acessíveis (Poder Judiciário, órgãos de segurança pública), na forma da Seção 2.

Em observância ao princípio da não discriminação (Art. 6º, IX, LGPD), a Alicia veda expressamente a utilização dessas informações para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos. O acesso a essa categoria de dado é restrito a Clientes pessoa jurídica, mediante base legal e necessidade justificáveis para a finalidade declarada de uso da plataforma (due diligence, compliance, PLD-FT, análise de risco e crédito, entre outras finalidades legítimas descritas nesta Seção). A responsabilidade pela adequação do uso dessas informações à finalidade declarada, incluindo a vedação a uso discriminatório, é do Cliente, nos termos dos Termos de Uso.

6.2 Busca por CPF com dígitos parciais

A funcionalidade de Pesquisa de Pessoas admite busca por CPF com até 3 dígitos desconhecidos entre os 9 primeiros dígitos do número. Nesses casos, a plataforma exibe uma grade com até 200 resultados, contendo nome completo, endereço e os dígitos conhecidos do CPF de cada correspondência, para que o usuário identifique e selecione o registro desejado antes do detalhamento completo, que consome créditos.

Essa exibição prévia constitui, para fins da LGPD, tratamento de dado pessoal — não se trata de dado anonimizado —, sujeita às mesmas bases legais e finalidades descritas na Seção 6.

6.3 Relatório consolidado do Módulo Auditoria

A geração do relatório consolidado do Módulo Auditoria em PDF exige confirmação explícita do usuário antes do início do processo, é irreversível após a confirmação e consome créditos. O arquivo gerado é armazenado na infraestrutura da Alicia por 15 (quinze) dias corridos, disponível para novo download sem custo adicional exclusivamente ao usuário que o gerou. Após esse prazo, o arquivo é excluído definitivamente.

7. Bases Legais para o Tratamento

A Alicia apoia-se nas seguintes bases legais previstas no Art. 7º da LGPD:

- Execução de contrato (inciso V): **tratamento necessário para prestar o serviço contratado pelo usuário.**
- Cumprimento de obrigação legal (inciso II):
retenção de logs de acesso por 6 meses, conforme Art. 15 do Marco Civil da Internet; retenção de dados fiscais por 5 anos.
- Legítimo interesse (inciso IX): **melhoria do produto, prevenção a fraudes, segurança da plataforma e execução de consultas de fontes públicas e publicamente acessíveis, mediante avaliação de impacto e prevalência sobre os direitos dos titulares.**
- Exercício regular de direitos (inciso VI): **quando o tratamento de dados ocorre no contexto de due diligence, compliance, PLD-FT ou outras finalidades jurídicas legítimas dos usuários.**
- Proteção ao crédito (inciso X): **para atividades de análise e proteção ao crédito, incluindo consultas a bureaus, scores de crédito e cartórios de protesto, nos termos da legislação pertinente.**
- Realização de estudos por órgão de pesquisa (inciso IV): **para pesquisas e estudos, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.**

A Alicia avaliará a base legal aplicável em cada contexto específico de tratamento, conforme as hipóteses previstas no Art. 7º da LGPD e a natureza da operação realizada.

8. Uso de Inteligência Artificial

A Inteligência Artificial na plataforma Alicia tem caráter exclusivamente auxiliar, informativo e não vinculante. A IA não aprova, reprovaa, bloqueia ou substitui a decisão humana. Toda decisão final é responsabilidade exclusiva do usuário da plataforma.

A IA é utilizada para capturar, estruturar e apresentar dados já disponíveis nas fontes de origem — públicas, publicamente acessíveis ou privadas conveniadas — tornando-os acessíveis de forma organizada e integrada. Nos termos do Art. 20 da LGPD, os titulares têm direito a solicitar revisão humana de qualquer análise gerada automaticamente que os afete.

O uso de IA pelos colaboradores da Alicia é regido pela Política Interna de Uso Consciente de Inteligência Artificial.

9. Compartilhamento de Dados

A Alicia não comercializa dados pessoais (venda de mailing list). O compartilhamento ocorre apenas nas seguintes hipóteses:

- Prestadores de serviços tecnológicos essenciais à operação (infraestrutura em nuvem, processamento de pagamentos, segurança), sempre sob acordo de processamento de dados com cláusulas de confidencialidade e proteção equivalentes à LGPD.
- Fontes privadas conveniadas (bureaus de crédito, cartórios de protesto, bases de veículos, registradores de imóveis e bases jurídicas privadas), exclusivamente para execução das consultas solicitadas pelo usuário, nos termos dos convênios celebrados.
- Autoridades públicas, quando exigido por lei, ordem judicial ou decisão de autoridade competente.
- Parceiros de integração via API, exclusivamente para execução das consultas solicitadas pelo próprio usuário.
- Acesso de usuários autorizados à plataforma, realizado exclusivamente em ambiente protegido por autenticação individual (usuário e senha), com controle de perfis e logs de auditoria.

10. Transferência Internacional de Dados

O processamento e armazenamento dos dados de usuários da plataforma Alicia é realizado em infraestrutura da Amazon Web Services (AWS), em servidores localizados no Brasil (região South America – São Paulo, sa-east-1) como ambiente preferencial.

Eventualmente, serviços de redundância ou suporte técnico podem envolver servidores em outras regiões AWS, neste caso nos Estados Unidos da América (EUA). Nesses casos, a Alicia garante que a transferência ocorre com base nas cláusulas contratuais padrão da AWS (Data Processing Addendum — DPA), que atendem ao nível de proteção equivalente exigido pelo Art. 33 da LGPD.

11. Retenção e Eliminação de Dados

Categoria de Dados	Prazo de Retenção	Fundamento
Dados cadastrais de usuários	Vigência do contrato + 5 anos	Prescrição civil (Art. 206, CC)
Dados financeiros e fiscais	5 anos após o fato gerador	Decadência e prescrição tributária (Arts. 173 e 174, CTN)

Logs de acesso à plataforma	6 meses	Marco Civil da Internet, Art. 15
Logs de segurança internos	12 meses	Boas práticas de segurança da informação
Dados de suporte ao cliente	2 anos após encerramento do chamado	Defesa em processos (Art. 7º, VI, LGPD)
Dados de consultas (fontes públicas e privadas conveniadas)	Não armazenados permanentemente — retidos apenas pelo período de execução da consulta	Arquitetura sem base de dados própria permanente
Relatório do Módulo Auditoria (PDF)	15 dias corridos, com exclusão definitiva ao término do prazo	Disponibilização de novo download, sem custo adicional, exclusivamente ao usuário que gerou o relatório

Após o prazo aplicável, os dados são eliminados de forma segura ou anonimizados, de modo que não seja possível identificar o titular.

12. Segurança da Informação

12.1 Medidas técnicas da Alicia

- Criptografia em trânsito (TLS 1.2+/HTTPS) em todas as comunicações da plataforma.
- Criptografia em repouso habilitada na infraestrutura AWS (Amazon S3 com SSE-S3 / AES-256).
- Armazenamento de senhas com algoritmo de hash seguro (bcrypt ou equivalente).
- Controle de acesso baseado em perfis e princípio do menor privilégio.
- Logs de auditoria de todas as operações realizadas na plataforma.
- Monitoramento contínuo e plano de resposta a incidentes de segurança.
- Avaliações periódicas de vulnerabilidade.

12.2 Medidas da infraestrutura AWS

A infraestrutura em nuvem utilizada pela Alicia (AWS) possui certificações independentes incluindo ISO 27001, SOC 1/2/3 e PCI-DSS. Estas certificações são de titularidade da AWS e não substituem as práticas de segurança próprias da Alicia descritas acima.

12.3 Incidentes de segurança

Em caso de incidente que resulte em risco ou dano relevante aos titulares, a Alicia comunicará a ocorrência à ANPD e aos titulares afetados no prazo previsto pela LGPD e por sua Política Interna de Resposta a Incidentes.

13. Direitos dos Titulares

Nos termos dos Arts. 17 a 22 da LGPD, os titulares têm os seguintes direitos, exercíveis pelo canal indicado na Seção 16:

- I. Confirmação da existência de tratamento e acesso aos dados pessoais tratados.
- II. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- III. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.
- IV. Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço.
- V. Eliminação dos dados tratados com base no consentimento, quando aplicável.
- VI. Informação sobre entidades com as quais os dados foram compartilhados.
- VII. Revogação do consentimento, quando o tratamento tiver essa base legal.
- VIII. Oposição ao tratamento realizado com base em legítimo interesse.
- IX. Revisão humana de decisões tomadas exclusivamente com base em tratamento automatizado (Art. 20).

Além dos direitos acima, o titular pode peticionar diretamente à ANPD em caso de descumprimento da LGPD pela Alicia (Art. 18, §1º, LGPD).

Observação: para dados provenientes de fontes públicas, publicamente acessíveis ou privadas conveniadas, a Alicia não é a controladora de origem. Titulares que desejem contestar ou corrigir informações devem acionar diretamente a fonte de origem (ex.: Receita Federal para dados cadastrais de CPF/CNPJ; bureau de crédito para dados de score; cartório de protesto para dados de protestos).

A Alicia responderá às solicitações no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período em casos complexos, com justificativa.

14. Privacidade de Crianças e Adolescentes

A plataforma Alicia é destinada exclusivamente a pessoas jurídicas e profissionais com capacidade civil plena. Não coletamos intencionalmente dados pessoais de menores de 18 anos. Caso identifiquemos tal situação, os dados serão eliminados imediatamente.

15. Alterações desta Política

Esta Política pode ser atualizada periodicamente. Alterações entram em vigor imediatamente a partir da sua publicação, com comunicação simultânea por e-mail ou aviso destacado na plataforma. A versão vigente sempre estará disponível em www.alicia.report/lgpd. O uso continuado da plataforma após as alterações implica aceite da versão atualizada.

16. Encarregado de Dados (DPO) e Contato

O Encarregado de Proteção de Dados (DPO) da Alicia, formalmente designado nos termos do Art. 41 da LGPD, é:

Alexandre Bronze Minho da Costa | privacidade1@alicia.report

DPO substituto:

Marco Antonio Matheus Junior | privacidade2@alicia.report

Para questões gerais de suporte: contato@alicia.report

ALICIA Software Ltda. | CNPJ 64.857.714/0001-01 | Rua Vergueiro, 2279, Sala 206, Vila Mariana, São Paulo/SP | CEP 04101-100

Leis aplicáveis: República Federativa do Brasil. Foro eleito: Comarca de São Paulo, Capital, com renúncia a qualquer outro.

Histórico de Revisões

Data	Tipo	Criador	Revisor
25/06/2026	Criação	Alexandre B. M. da Costa	
03/07/2026	Revisão	Alexandre B. M. da Costa (Seção 2 — reconciliação intermediária/Controladora e exceção de IA no Grafo)	